



Programa de ação e orçamento para 2026

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, nomeadamente dos artigos 72.º, 73.º, 84.º e 90.º dos Estatutos, o Conselho de Administração submete à apreciação da Assembleia Geral as propostas de *Programa de Ação e Orçamento* da CASA DA IMPRENSA – Associação Mutualista para o exercício de 2026.

Nos termos estatutários, juntamente com as propostas é também apresentado o Parecer do Conselho Fiscal.

A

Programa de Ação

As linhas mestras do Plano de Ação e Orçamento (PAO) para 2026 têm em conta a experiência do primeiro ano de mandato do atual Conselho de Administração (CA) e aquilo que nessa experiência se revelou capaz de apontar novos caminhos para o reforço da Casa da Imprensa (CI) e para a manutenção e ampliação dos apoios e benefícios proporcionados, e a proporcionar, aos associados e associadas.

Com esses objetivos, definem-se cinco linhas principais de orientação:

1. Promoção da CI com vista ao aumento do número de associados, com respeito pelo primado da natureza mutualista da associação;
2. Acompanhamento ativo da modalidade de Saúde em todas as vertentes no sentido de prosseguir o trajeto de equilíbrio financeiro que permita mantê-la como complemento sustentável ao Serviço Nacional de Saúde;
3. Contas equilibradas
4. Efetivar parcerias que ampliem os benefícios aos associados no âmbito dos serviços de apoio domiciliário e de alojamentos assistidos, prosseguindo o estudo e a procura das condições que permitam à CI dispor de soluções próprias nessas áreas;
5. Manter uma programação de atividades culturais e recreativas de acordo com uma visão integrada do conceito de saúde e bem-estar.

Mais associados

A promoção da CI como associação única e imprescindível no respetivo universo estatutário será assumida no próximo ano de forma contínua e diversificada com vista ao aumento do número de associados.

Trata-se de uma linha de ação fundamental para o reforço da CI no presente e para a sustentação de projetos a médio e longo prazo, como, aliás, foi acentuado pelo Conselho Fiscal no parecer ao PAO para 2025.

Com uma média de 12 (doze) adesões por mês, o ritmo de crescimento até agora registado iguala o verificado nos anos recentes, o que traduz uma estabilidade apreciável.

A verdade, no entanto, é que, sendo positivo, o saldo desse crescimento não só não corresponde às necessidades de assistência sentidas por uma parte significativa do universo potencial da CI como continua a ser restringido pela desvinculação frequente de filhos e filhas de associados quando atingem a idade limite da comparticipação de quota.

O CA propõe-se lançar novos incentivos destinados aos jovens nessa faixa etária, a somar às bolsas de estudo e à modalidade de Previdência-Reforma, já existentes. Por outro lado, o CA tem em preparação uma campanha permanente de carácter geral dirigida a associados e a potenciais novos associados. Será faseada num calendário anual, com recurso a meios escritos e audiovisuais, e distribuída através dos canais digitais da CI e parceiros.

Modalidade de Saúde

O acompanhamento ativo da modalidade de Saúde com vista ao seu equilíbrio financeiro continua a exigir a maior atenção.

Os dados disponíveis nesta altura indicam que se terá conseguido sustentar o crescimento da despesa com o internamento hospitalar, o fator que mais contribuía para o défice da modalidade e que justificou as medidas corretivas aprovadas nos últimos dois anos. No sentido contrário, embora numa escala mais reduzida, a despesa com exames e tratamentos continua a subir, comprometendo o equilíbrio do respetivo plano de proteção complementar.

Nestas circunstâncias, e mesmo tendo em conta as implicações no défice orçamental que apresentamos, o CA entendeu que se deverá manter o valor da quota da modalidade (€20,00/mês) e aumentar em apenas €1,00 a quota suplementar do plano de Exames e Tratamentos (para €6,00/mês), em reunião extraordinária da Assembleia Geral convocada para rever o Regulamento de Benefícios.

É, todavia, importante que todos tenhamos consciência da volatilidade da situação e da real possibilidade de termos de enfrentar correções aos encargos com os benefícios oferecidos pela modalidade, encargos esses que permanecem, em termos relativos, muito favoráveis.

Modalidades de Solidariedade Associativa e Previdência-Reforma

Os benefícios da modalidade de Solidariedade Associativa deverão manter-se inalterados em 2026, no que diz respeito ao subsídio de acidentes pessoais (€2 500,00), ao subsídio de parentalidade (€250,00) e às bolsas de estudo (€250,00), nos dois últimos casos com uma possível majoração de 25%, quando ambos os pais são associados da Casa da Imprensa.

No âmbito da modalidade de Previdência-Reforma, tal como no ano anterior, é fixada em 2,5% a taxa de rendibilidade a incidir sobre as quotas que sejam pagas durante o ano relativas a subscrições ativas (*rendimento mínimo garantido*), a que crescerá, nos termos do

respetivo regulamento, um rendimento suplementar a fixar após o fecho das contas do exercício.

Ampliação de benefícios:

apoio domiciliário e alojamento assistido

No que diz respeito à ampliação de benefícios, o CA deu início em 2025 a um processo de contactos, diligências e análise quanto à forma como, tendo em conta as necessidades sentidas, a realidade financeira da instituição e o panorama geral do mercado, se poderá proceder a um reforço dos benefícios no âmbito do apoio domiciliário e do acesso a diversos tipos de alojamento assistido.

Como prometido na Assembleia Geral de abril deste ano, apresentamos junto com este documento um resumo do trabalho desenvolvido e a orientação estratégica para o prosseguimento das diligências nesta importante frente durante o ano de 2026, já apresentada e debatida em Conselho Geral.

Eventos e Atividade Cultural

No âmbito das atividades culturais e recreativas adiante apresentadas, destaca-se o anunciado prolongamento para 2026 da celebração dos 120 anos da Casa da Imprensa, com a inauguração a 24 de abril da segunda exposição dedicada ao património artístico da associação, o qual continua a ser objeto de trabalhos de conservação e restauro. Depois de *A Paisagem na Coleção da Casa da Imprensa*, teremos em 2026, de 24 de abril a 19 de junho, uma exposição dedicada aos retratos e outras formas de representação de personalidades das artes e letras. A curadoria voltará a ser dos professores Anísio Franco e Ramiro Gonçalves.

O restante programa expositivo manter-se-á fiel ao critério que tem vindo a ser seguido de privilegiar o fotojornalismo e o cartoon/desenho de imprensa:

- João Fazenda será o autor na 4ª edição de *O Ano em Cartoons*, de 20 de fevereiro a 17 de abril;
- A primeira edição do ciclo *Fotógrafos Improváveis*, entre 25 de junho e 4 de setembro, mostrará fotografias do

- jornalista Pedro Caldeira Rodrigues;
- o Uma retrospectiva do trabalho de Manuel Moura, fotógrafo consagrado, estará patente entre 10 de setembro e 13 de novembro;
 - o A fechar 2026, a coletiva anual, desta vez dedicada aos alunos finalistas de fotografia e fotojornalismo do Cenjor.

O Coro da Casa da Imprensa, sob a direção do maestro Sérgio Fontão, consolidou-se ao longo deste ano como projeto artístico e lugar de saudável convívio associativo e entra em 2026 passando de um a dois ensaios por semana.

Para os associados da delegação do Porto, será dinamizado um programa com curadoria do Serviço Educativo da Casa da Música.

No âmbito socioprofissional, a CI, o Sindicato dos Jornalistas, o Clube dos Jornalistas e o Cenjor têm em preparação um ciclo de *webinars* acerca do jornalismo e das condições de trabalho dos jornalistas.

Orçamento das modalidades mutualistas

A proposta de orçamento para 2026 (*ver pág. 6*) tem em conta este Programa de Ação, todos os compromissos assumidos pela associação e bem assim a execução orçamental de 2025.

A despesa global deverá atingir 1 496 878,68 euros, um acréscimo de 106 359,96 euros (+7,6%) relativamente ao orçamento de 2025. Os rendimentos crescem 82 947,59 euros (+5,9%), para 1 480 947,97 euros, gerando-se um défice de 15 930,71 euros, equivalente a 1,08 por cento, que o CA admite que possa ser atenuado na execução orçamental, mas não pode deixar de assumir à partida.

As maiores despesas previstas na proposta de orçamento correspondem aos custos diretos dos benefícios (cuidados de saúde, subsídios e provisões), que se estimam em 1 018 942,12 euros, mais 88 555,18 euros (+9,5%) do que no orçamento para 2025. Seguem-se os gastos com pessoal, com 249 652,42 euros, com mais 10 979,09 euros (+4,6%).

A maior variação (em valor) relativamente ao

ano anterior, do lado dos gastos, continua inscrita nos cuidados de saúde, com um aumento superior em cerca de 85 mil euros relativamente ao orçamento anterior (+9,7%). Trata-se de um valor elevado, mesmo assim limitado por contratos de seguro, que é reflexo do maior recurso ao sector privado, em detrimento do Serviço Nacional de Saúde, e ao persistente aumento de preços, que se mantém especialmente evidente desde a crise pandémica de 2020/22.

Nos rendimentos, a principal fonte de receita vem da quotização (acima de 977 mil euros, dos quais cerca de 121 mil euros resultam de participações do Fundo de Ação Social). Seguem-se os rendimentos prediais (cerca de 206 mil euros) e as transferências do Fundo de Ação Social (cerca de 125 mil euros). No conjunto estas três fontes de rendimento cobrem 87,4% da despesa global, cabendo 65,3% à quotização. As rendas deverão cobrir 13,8% dos gastos totais no próximo ano.

Uma vez mais, o CA reitera a importância de alertar para o ambiente de incerteza que caracteriza o sector da saúde e para a tendência, que persiste, para o aumento dos preços.

O crescimento da despesa efetiva paga aos prestadores de cuidados de saúde pelos associados e pelo seguro, que praticamente duplicou em dois anos no período da pandemia, deu finalmente sinais de abrandamento em 2024, admitindo-se que possa estar já a baixar em 2025 em resultado de uma menor procura. Será necessário que esta tendência se confirme e mantenha.

Como fez no passado, o Conselho de Administração vai manter a maior atenção a estes sinais, mantendo informados os restantes órgãos sociais, e não deixará de propor as medidas de correção que forem necessárias para manter o equilíbrio e a sustentabilidade das contas.

Orçamento do Fundo de Ação Social (FAS)

A proposta de orçamento do Fundo de Ação Social (*pág. 7*) prevê uma despesa total em

2026 de 373 728,36 euros, mais 15 000,33 euros (+4,2%) do que o previsto para 2025.

Cerca de 248 mil euros (66,5% do total) destinam-se a apoios sociais diretos, a favor de associados e outros beneficiários do fundo, e cerca de 125 mil euros (33,5%) correspondem à prestação de serviços (transferência para as atividades mutualistas da Casa da Imprensa).

A maior despesa orçamentada continua a ser

a transferência para a Casa da Imprensa, feita a título de prestação de serviços.

Nos apoios diretos, destacam-se a comparticipação de despesas de saúde (112 819,80 euros) e a comparticipação de quotas das modalidades de Solidariedade Associativa e de Saúde (121 812,72 euros), reservando-se uma verba de 12 mil euros para subsídios eventuais a conceder em caso de risco social agravado.

Lisboa, 18 de novembro de 2025

O Conselho de Administração

António Borga (presidente); *Luísa Bessa* (vice-presidente); *Sérgio Aníbal*, *Luís Proença*, *Isabel Cruz* (vogais)

B
Orçamento da Casa da Imprensa
Proposta de Orçamento para 2026

	Orç. 2026 (Proposta)	Orç. 2025 (em execução)	Dif. ^a	
			Orç. 2026 vs Orç. 2025	
			(€)	(%)
	1	2	3 = 1-2	4 = 3/2
GASTOS	1 496 878,68 €	1 390 518,73 €	106 359,96 €	7,6%
Fornecimentos e serviços externos	125 646,27 €	117 612,14 €	8 034,13 €	6,8%
Serviços especializados (Honorários, Desp. Conservação, Serv. Bancários,...)	59 822,66 €	59 634,12 €	188,54 €	0,3%
Materiais (Material de escritório, utensílios, diversos, ...)	4 020,00 €	3 200,00 €	820,00 €	25,6%
Energia e fluidos	8 760,00 €	8 500,00 €	260,00 €	3,1%
Deslocações, estadas e transportes	2 605,00 €	2 580,00 €	25,00 €	1,0%
Serviços diversos (Seguros, Comunicações, Limpeza, ...)	50 438,60 €	43 698,02 €	6 740,58 €	15,4%
Gastos com o pessoal	249 652,42 €	238 673,33 €	10 979,09 €	4,6%
Gastos de depreciação e de amortização	102 287,88 €	103 576,32 €	-1 288,44 €	-1,2%
Provisões do período (Capitais por Morte e Previdência Reforma)	34 980,00 €	31 860,00 €	3 120,00 €	9,8%
Outros gastos e perdas	350,00 €	270,00 €	80,00 €	29,6%
Impostos	30,00 €	30,00 €	0,00 €	0,0%
Outros	320,00 €	240,00 €	80,00 €	33,3%
Custos com apoios financeiros concedidos a associados	983 962,12 €	898 526,94 €	85 435,18 €	9,5%
Subsídios, donativos, bolsas de estudo (SA e CM)	8 937,50 €	8 875,00 €	62,50 €	0,7%
Prestações pecuniárias de cuidados de saúde (S)	962 024,44 €	876 790,83 €	85 233,61 €	9,7%
Capitais vencidos (PR)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Outros custos inerentes a associados (Posto Médico)	13 000,18 €	12 861,11 €	139,07 €	1,1%
RENDIMENTOS	1 480 947,97 €	1 398 000,39 €	82 947,59 €	5,9%
Prestações de serviços	1 181 118,02 €	1 105 794,51 €	75 323,51 €	6,8%
Quotizações e jóias	977 098,00 €	913 048,00 €	64 050,00 €	7,0%
Serviços secundários (Posto Médico)	78 924,18 €	74 247,04 €	4 677,14 €	6,3%
Prestação de Serviços - Fundos	125 095,84 €	118 499,47 €	6 596,37 €	5,6%
Subsídios, doações e legados à exploração	600,00 €	600,00 €	0,00 €	0,0%
Reversões de provisões (Capitais por Morte e Previdência Reforma)	5 000,00 €	5 000,00 €	0,00 €	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	271 635,43 €	247 909,24 €	23 726,19 €	9,6%
Rendimentos suplementares (Cedência de Salas, ...)	35 974,96 €	33 123,32 €	2 851,64 €	8,6%
Outros (Descontos, Mais Valias, Consignação fiscal, Donativos, ...)	29 000,00 €	13 000,00 €	16 000,00 €	123,1%
Rendas e outros rendimentos em ativos fixos tangíveis	206 660,47 €	201 785,92 €	4 874,55 €	2,4%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	22 594,52 €	38 696,64 €	-16 102,12 €	-41,6%
Juros obtidos de depósitos	18 309,02 €	35 527,83 €	-17 218,81 €	-48,5%
Juros obtidos de outras aplicações de meios financeiros líquidos	4 285,50 €	3 168,81 €	1 116,69 €	35,2%
RESULTADO FINAL	-15 930,71 €	7 481,66 €	-23 412,37 €	-312,9%

C
Orçamento do Fundo de Ação Social
Proposta de Orçamento do Fundo de Ação Social (FAS) - 2026

	Orç. 2026	Orç. 2025	Var 2025 - 2026	
			(€)	(%)
Verba global máxima a disponibilizar pelo FAS - artigo 37º nº 1	373 728,36 €	358 728,03 €	15 000,33 €	4,2%
Prestação de Serviços				
- de acordo com o artigo 30º (apoios em equipamento e serviços)	1 000,00 €	1 000,00 €	0,00 €	0,0%
- de acordo com o artigo 33º (dotação para o FASC)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
- de acordo com o artigo 37º nº 2 (prestação de serviços - Casa da Imprensa)	125 095,84 €	118 499,47 €	6 596,37 €	5,6%
Despesas de Saúde				
- de acordo com o artigo 7º - nº 2 (despesas de saúde - ambulatório)	112 819,80 €	105 676,56 €	7 143,24 €	6,8%
- de acordo com o artigo 10º (despesas de saúde)	1 000,00 €	1 000,00 €	0,00 €	0,0%
- de acordo com o artigo 15º (comparticipação de quotas)	107 517,24 €	93 012,00 €	14 505,24 €	15,6%
- de acordo com o artigo 39º (comparticipação de quotas)	14 295,48 €	24 540,00 €	-10 244,52 €	-41,7%
Subsídios Eventuais				
- de acordo com o artigo 26º (a fundo perdido)	12 000,00 €	15 000,00 €	-3 000,00 €	-20,0%
- de acordo com o artigo 27º (reembolsáveis)	20 000,00 €	20 000,00 €	0,00 €	0,0%

D

Parecer do Conselho Fiscal

Nos termos da lei e dos Estatutos da Casa da Imprensa, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre a proposta de Programa de Ação e Orçamento para 2026, que lhe foi apresentado pelo Conselho de Administração.

O Programa assenta em pilares que prosseguem os esforços de captação de associados, de melhorar benefícios, de perseguir o equilíbrio financeiro e de manter a vigilância e a gestão atentas, sobretudo da modalidade de Saúde.

Assinala-se com satisfação a interrupção em 2025 da trajetória de crescimento da despesa com o internamento hospitalar, fator de pressão financeira crescente, sobretudo após a pandemia. Esta interrupção da tendência resulta em grande parte de medidas ativas de gestão e permite ao Conselho de Administração propor o não aumento de quotas em 2026.

Mantém-se uma atenção fulcral à evolução das despesas de saúde, como bem salienta o documento, sendo recomendável avaliar atentamente a evolução de custos e receitas ao longo de 2026, para confirmação da evolução aparentemente positiva de 2025.

Tendo em vista o objetivo do equilíbrio das contas, e a angariação de novos associados, poderá o Conselho de Administração ponderar uma estratégia de comunicação visível e intencional que, no plano interno, concentre de forma simplificada e clara os principais benefícios, os seus custos e modos de acesso; e, no plano externo, promova a angariação de novos

associados e a visibilidade em geral da Casa da Imprensa. Renova-se também a importância de sensibilizar os associados para que, sempre que possível, prefiram um maior recurso aos serviços médicos disponíveis na Casa da Imprensa, em detrimento da utilização do seguro de saúde, o que beneficiará o controlo das despesas médicas gerais.

O regresso a resultados negativos previsto para 2026, não sendo de um valor em si preocupante, evidencia os desafios que a Casa da Imprensa enfrenta. Fica clara a relevância de novas adesões para a sustentabilidade da instituição, bem como do objetivo de assegurar a continuidade dos filhos dos associados.

O trabalho iniciado em 2025 de apoio domiciliário e alojamento assistido irá estender-se por 2026, o que merece incentivo, bem como a recomendação de observar uma resposta que acolha os associados de norte a sul do país.

O programa de ação revela-se ao Conselho Fiscal como equilibrado e adequado, focando-se nas necessidades dos associados bem como nos principais riscos e oportunidades para a sustentabilidade da Casa da Imprensa.

O Conselho Fiscal aproveita a ocasião para congratular a Casa de Imprensa pelo trabalho, realizado e em curso, das comemorações dos seus 120 anos.

Pelo atrás exposto, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável ao Programa de Ação e Orçamento para 2026.

Lisboa, 24 de novembro de 2025

O Conselho Fiscal

Pedro Santos Guerreiro (Presidente), Rui Peres Jorge (relator), Sónia Santos Pereira (secretária)